



RELATÓRIO SEMESTRAL MARÇO 2013

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(Alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	3
2.1	BALANÇOS	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	6
2.2.1	PROVEITOS	8
2.2.2	CUSTOS	10
2.2.3	RESULTADOS	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA.....	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO....	14
3	CONCLUSÃO	17

1 INTRODUÇÃO

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) que incluía a contracção de um empréstimo bancário, foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 27/09/2010 e 28/10/2010. Porém, como o Município obteve o visto do Tribunal de Contas a 04/03/2011, só a partir desta data, não só, tinha a possibilidade de contrair o empréstimo no valor total de 9.600.000 Euros junto da Caixa Geral de Depósitos (4.800.000 Euros) e Millennium BCP (4.800.000 Euros), como também, está obrigado a tomar as medidas económicas e financeiras necessárias ao cumprimento do PSF. Importa notar que o Município, apesar do esforço realizado de contenção de despesas, ainda mantém um valor do passivo de curto prazo superior ao previsto no PSF porque, até à data, apenas utilizou 7.300.000 Euros do empréstimo de saneamento financeiro (CGD - 2.500.000 Euros; Millennium BCP: 4.800.000 Euros).

Saliente-se que o trabalho de análise ao cumprimento do plano de saneamento financeiro se afigura deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2013 (os constantes das Demonstrações Financeiras do PSF) e do outro, dados que têm por referência o balancete de 31/3/2013. Por outro lado, para efeitos de comparabilidade, não temos demonstrações financeiras à data de 31/3/2012.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, ainda limitada, devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, pensamos que só no final de 2013 será possível efectuar verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.

Por isso, a análise efectuada nos pontos seguintes **limita-se a informar o valor das contas do Balanço de 2013 e a evidenciar o comportamento e a tendência das várias rubricas da conta de Resultados.**

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económicos e financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Assim, é extraordinariamente difícil uma qualquer análise comparativa entre um Balanço no final de 2013 (incluído no PSF), com um Balanço elaborado com base nos dados a 31 de Março (reais). Desta forma, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2013, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras Reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes, a título informativo, do Balanço elaborado com base no balancete real a 31/3/2013 face ao Balanço do PSF em 2013 (final do ano).**

Mapa 1
BALANÇOS

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 2012	% Desvio	Previsão PSF 2013	Real 3-2013	% Desvio	Notas
ACTIVO										
Imobilizado bruto	33.207.965	40.400.640	22	36.461.140	41.124.218	13	39.113.925	41.244.428	5	a)
Bens de dominio publico	3.009.590	6.380.362	112	3.009.590	6.387.827	112	3.009.590	6.387.827	112	
Im.Incor.	0	0	-	0	0	-	0	122	-	
Im. Corp.	19.833.888	30.543.133	54	23.087.063	31.148.357	35	25.739.849	31.229.900	21	
Inves.finan.	312.754	312.754	0	312.754	312.754	0	312.754	312.754	0	
Imob. curso	10.051.733	3.164.392	-69	10.051.733	3.275.280	-67	10.051.733	3.313.826	-67	
Amortiza.acumula.	5.750.641	6.305.158	10	6.872.271	7.398.307	8	8.121.541	7.710.625	-5	
Existencias	172.304	146.655	-15	174.027	131.789	-24	175.768	159.555	-9	
Matérias-primas	172.304	146.655	-15	174.027	131.789	-24	175.768	159.555	-9	
Mercadori.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Outros	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Prov.p/dep. exist.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Div. terce. M/L prazo	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Div. terc. curto pz	125.543	277.413	121	127.596	220.865	73	129.689	234.186	81	
Clientes	125.543	165.055	31	127.596	121.124	-5	129.689	138.598	7	
Outros	0	112.358	-	0	99.741	-	0	95.588	-	
Prov. p/cobr. duv.	0	46.193	-	0	52.204	-	0	52.204	-	
Disponibilidades	1.798.411	1.725.911	-4	1.658.188	1.848.285	11	1.828.954	1.909.432	4	
Acrec. diferim.	159.155	408.011	156	159.155	369.477	132	159.155	0	-100	
TOTAL ACTIVO	29.712.737	36.607.279	23	31.707.835	36.244.123	14	33.285.950	35.784.773	8	
PASSIVO										
Provisoes p/riscos enc.	0	1.051.802	-	0	858.127	-	0	858.127	-	a)
Dividas 3ºM/L prazo	14.976.382	12.973.657	-13	14.103.055	11.859.218	-16	13.340.907	11.859.218	-11	
Div. instocrédito	14.883.905	12.973.657	-13	14.028.419	11.859.218	-15	13.284.057	11.859.218	-11	
Div. Forn. Imob.	92.477	0	-100	74.636	0	-100	56.850	0	-100	
O. dividas	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Dividas 3º Curto pz	551.565	2.376.390	331	556.152	1.324.713	138	563.323	1.308.170	132	
Div. instocrédito	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Fornecedores	242.080	706.310	192	244.501	221.809	-9	246.946	243.646	-1	
E.E.P	51.397	29.948	-42	53.447	28.679	-46	58.055	37.138	-36	
O. dividas	258.088	1.640.131	535	258.204	1.074.226	316	258.322	1.027.386	298	
Acréscimos custos	827.881	594.330	-28	827.881	596.247	-28	827.881	250.000	-70	
Proveitos Diferidos	9.124.877	8.186.249	-10	10.196.569	8.392.565	-18	10.712.028	8.389.137	-22	
TOTAL PASSIVO	25.480.705	25.182.429	-1	25.683.657	23.030.869	-10	25.444.139	22.664.652	-11	
FUNDOS PRÓPRIOS										
Patrimônio	13.550.444	13.550.444	0	13.550.444	13.550.444	0	13.550.444	13.550.444	0	a)
Reservas	906.676	942.573	4	906.676	968.073	7	906.676	968.073	7	
Resultados Trans.	-12.014.168	-2.632.280	-78	-10.225.089	-2.352.000	-77	-8.432.942	-1.305.264	-85	
Resultados Liq.	1.789.079	-435.888	-124	1.792.146	1.046.736	-42	1.817.633	-93.133	-105	
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	4.232.032	11.424.850	170	6.024.178	13.213.254	119	7.841.811	13.120.121	67	
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	29.712.737	36.607.279	23	31.707.835	36.244.123	14	33.285.950	35.784.773	8	

Notas:

a) Foi incluído o saldo da conta Compras no valor de 32.814,62 Euros.

No que diz respeito ao **Activo**, se compararmos os valores reais do Imobilizado bruto de Março de 2013 e do final de 2012, constata-se que **o Município investiu, aproximadamente, 120.210 Euros** em três meses, tendencialmente abaixo do previsto no PSF, no mesmo período.

Ao nível das outras rubricas mais relevantes verifica-se que o valor das disponibilidades é suficiente, neste momento, para pagar as dívidas de curto prazo o que traduz a política de rigor financeiro do Executivo no sentido de redução da dívida. Isto é, existe já um fundo de maneiio positivo.

Ao nível do **Passivo de MLP** verifica-se que o valor das dívidas em Março 2013 é igual ao de 31/12/2012, e muito inferior ao valor previsto no PSF para o final de 2013. **Esta diferença** decorre de diversos efeitos conjugados:

- não utilização da totalidade do empréstimo de saneamento financeiro (2.300.000 Euros a menos);
- valor das prestações contratuais vincendas (que deverão ser pagas até ao final de 2013);
- ainda não foram efectuadas as amortizações financeiras antecipadas na totalidade (foram amortizados apenas 617.817,00 Euros), previstas no PSF no valor de 1.000.000 euros (400.000 Euros em 2011, 350.000 Euros em 2012 e 250.000 Euros em 2013).

Saliente-se que foi constituída uma provisão para processos judiciais em curso, não prevista no PSF, no valor de 858.127 Euros.

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2013.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante **valores reportados a períodos temporais diferentes**, o que dificulta a análise a efectuar a este nível.

Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% desv.	Previsão PSF 2012	Real 2012	% desv.	Previsão PSF 3-2013	Real 3-2013	% desv.	Notas
Vendas	506.035	627.849	24	518.763	362.580	-30	132.952	46.164	-65	
Produtos	506.035	627.849	24	518.763	362.580	-30	132.952	46.164	-65	
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Prestação serviços	350.888	368.149	5	354.397	609.377	72	89.485	140.521	57	
Outros Prov. e Ganhos Operacionais	350.681	356.681	2	354.188	362.533	2	89.432	0	-100	
Var. da Produção	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Impostos e Taxas	1.177.524	894.914	-24	1.201.082	1.320.675	10	306.278	98.070	-68	
Transferências e Sub. Obtidos	6.323.321	6.484.530	3	6.386.554	6.199.439	-3	1.612.605	1.278.145	-21	
Trabalhos Própria Entidade	992.830	0	-100	1.002.758	0	-100	253.196	0	-100	
Prov. ganhos fin. explo.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
dif. cambio desfav.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
descon. pp obtidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
TOTAL PROVEITOS	9.701.279	8.732.125	-10	9.817.742	8.854.604	-10	2.483.950	1.562.900	-37	
C.M.V	329.101	303.442	-8	332.392	279.866	-16	83.929	34.085	-59	
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Produtos	329.101	303.442	-8	332.392	279.866	-16	83.929	34.085	-59	
Forn. Serv. Ext.	2.435.825	2.884.729	18	2.460.183	2.521.393	2	621.196	351.707	-43	
Subcontratos	433.421	466.583	8	437.756	447.253	2	110.533	111.055	0	
Trabalhos Especializados	9.019	164.174	1.720	9.109	218.132	2.295	2.300	27.488	1.095	
Electricidade/Combustíveis	514.926	859.498	67	520.075	747.613	44	131.319	48.908	-63	
Conservação e Reparação	6.404	17.842	179	6.468	1.977	-69	1.633	1.590	-3	
O.F.S.E	1.472.054	1.376.631	-6	1.486.775	1.106.419	-26	375.411	162.666	-57	
Custos c/pessoal	3.009.411	2.866.677	-5	3.039.506	2.864.444	-6	762.767	679.630	-11	
Amortizações	963.972	1.110.655	15	1.121.630	1.093.289	-3	312.318	312.318	0	a)
Provisões	0	246.931	-	0	6.011	-	0	0	-	
Transf. e subs. correntes concedidos	608.020	845.329	39	614.100	669.712	9	155.060	193.991	25	
O. custos exploração	66.660	171.035	157	67.327	112.536	67	17.000	28.906	70	
Cus. perdas fina. explora	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
difere. cambio desfav.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
desc. pp concedidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	7.412.989	8.428.798	14	7.635.138	7.547.251	-1	1.952.270	1.600.636	-18	
RESULTADOS EXPLORA.	2.288.290	303.326	-87	2.182.604	1.307.353	-40	531.680	-37.735	-107	
Prov. e ganhos extraor.	501.825	304.560	-39	584.641	551.778	-6	160.635	9.467	-94	
Cust. e perdas extraord.	447.450	603.616	35	451.925	507.924	12	114.111	3.884	-97	
R. ANTES FUN. FINANC.	2.342.665	4.270	-100	2.315.321	1.351.207	-42	578.205	-32.152	-106	
Prov. e ganhos finance.	12.040	5.391	-55	12.160	2.687	-78	3.070	165	-95	
Cust. e perda. financ.	565.626	445.549	-21	535.335	307.158	-43	126.867	61.146	-52	
juros suportados	555.324	433.110	-22	524.930	300.000	-43	124.239	58.942	-53	
outros	10.302	12.439	21	10.405	7.158	-31	2.627	2.204	-16	
RESULTADOS LIQUIDOS	1.789.079	-435.887	-124	1.792.146	1.046.736	-42	454.408	-93.133	-120	

Notas:

a) Assumimos, para efeitos comparativos, a previsão efectuada no PSF.

2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à “**Venda de Produtos**” (água) está abaixo (65%) da previsão do PSF devido ao controlo mais rigoroso no consumo de água por parte dos consumidores, fruto de campanhas de sensibilização para o uso mais eficiente deste recurso, e também em função dos efeitos da sazonalidade e periodicidade do respectivo proveito. Por outro lado, em 2012, o tarifário foi completamente alterado e alguns dos proveitos passaram a ser considerados na rubrica prestação de serviços.

Na “**Prestação de Serviços**” verificou-se um incremento de 57% face à previsão do PSF devido, nomeadamente, à entrada em vigor no início do ano de 2012 do regime tarifário da prestação do serviço de abastecimento de água, do serviço de saneamento de águas residuais urbanas e do serviço de recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos.

Na rubrica de “**Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**”, relativa a rendas de concessão da EDP, ainda não foi registado qualquer valor devido aos efeitos da sazonalidade e periodicidade do respectivo proveito.

Na rubrica “**Impostos e taxas**” verificou-se uma diminuição de 68% face ao previsto no PSF, em resultado da conjuntura económico-financeira nacional negativa e **da periodicidade no recebimento dos impostos**. Relativamente ao IMI os respectivos proveitos até ao fim de Março de 2013 estão abaixo do estimado em virtude de ainda não terem sido implementadas as novas taxas para os prédios urbanos devolutos, em ruínas e degradados, sendo expectável um aumento substancial nos próximos anos em resultado da avaliação geral dos prédios urbanos.

Relativamente às “**Transferências e subsídios obtidos**” constata-se uma quebra de 21% face às previsões do PSF, decorrente da redução das transferências do Estado (Orçamento do Estado para 2013) acima do projectado e, também, de efeitos de sazonalidade.

Em relação aos “**Trabalhos para a própria entidade**”, até ao fim de Março de 2013, ainda não foi contabilizado qualquer valor relativo a obras por administração directa efectuadas pelo Município devido à contabilidade analítica ainda não estar implementada em pleno devido à falta de recursos humanos com competências específicas para a tarefa.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 94% devido, fundamentalmente, ao facto de ainda não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 642.541 euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base

sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2013.

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**”, rubrica com um peso reduzido na estrutura de proveitos do Município, registaram uma diminuição de 95% face à previsão.

2.2.2 CUSTOS

Em relação ao “**Custo dos Produtos**” verificou-se uma redução de 59% face ao previsto devido, essencialmente, à implementação de medidas de racionalização na utilização de materiais nas obras efectuadas por administração directa.

Na conta de “**Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**” podemos verificar um valor abaixo da projecção (43%), evolução a confirmar em relatórios posteriores.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 11% abaixo da estimativa do PSF, em resultado das medidas implementadas inerentes à reorganização dos serviços municipais decorrente, nomeadamente, das exigências os últimos orçamentos de Estado.

A rubrica “**transferências e subsídios correntes**” está 25% acima (38.930 Euros) do previsto no PSF para o período, evolução compensada pela diminuição dos “**custos extraordinários**” (incluem apenas 3.412,44 Euros de transferências de capital concedidas) que estão 97% abaixo do estimado (quebra de 110.227 Euros).

Os “**Outros custos de exploração**” (dizem respeito a quotizações – 28.906,00 Euros), com um pequeno peso na estrutura de custos do Município, registam um valor acima do previsto em 70% (11.906 Euros).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se uma diminuição de 52% face ao previsto, em virtude da quebra significativa das taxas Euribor face ao momento da elaboração do PSF, bem como pelo facto de não se ter utilizado, ainda, a totalidade do empréstimo de saneamento financeiro.

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, verificamos que os **resultados operacionais** estão afectados pela quebra nos impostos e taxas, nas transferências e subsídios obtidos e pelo facto de não se ter registado o proveito correspondente aos trabalhos para a própria entidade. Os **resultados líquidos** ressentiram-se dos resultados operacionais conforme foi referido e dos resultados extraordinários (impacto da não contabilização da imputação dos proveitos diferidos), apesar do bom desempenho dos resultados financeiros (redução dos custos).

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 3-2013 (anualizado)	Real 3-2013	% Desvio
Recebimentos			
Saldo da gerência anterior	1.411.766	1.848.285	31
Total receitas Orçamentais	2.538.394	1.922.155	-24
Receitas Correntes	1.679.474	1.678.624	0
Receitas de Capital	858.920	243.531	-72
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		131.200	-
Total Geral	3.950.160	3.901.640	
Pagamentos			
Total despesas Orçamentais	2.495.703	1.808.805	-28
Despesa corrente	1.640.947	1.711.156	4
Despesa de Capital	854.756	97.648	-89
Operações de Tesouraria		183.404	-
Saldo para a gerência seguinte	1.454.458	1.909.432	31
Total Geral	3.950.160	3.901.640	

O valor das receitas correntes está em linha com o estimado.

As receitas de capital são inferiores às previstas no PSF devido, em particular, à redução das verbas provenientes de fundos comunitários (menor investimento face ao previsto no PSF).

A despesa corrente está acima da previsão devido, principalmente, ao aumento dos pagamentos relacionados com a aquisição de bens e serviços e com transferências/subsídios correntes. De destacar a diminuição das despesas com pessoal.

No que diz respeito à despesa de capital é inferior à estimativa do PSF devido, principalmente, à quebra nos pagamentos relativos à aquisição de bens de investimento, à diminuição das transferências efectuadas e às prestações contratuais vincendas dos empréstimos de médio e longo prazo que, oportunamente, serão pagas até ao final de 2013. Saliente-se que se verificou um ligeiro **desequilíbrio orçamental corrente**, no final de Março de 2013.

2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapa 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2011 PSF	2011 Real	2012 PSF	2012 Real	2013 PSF	3-2013 Real
FUNDO DE MANEIO	€	1.703.849	135.407	1.562.815	1.193.499	1.730.243	942.799
LIQUIDEZ GERAL	%	4	1	4	2	4	2
SOLVABILIDADE	%	17	45	23	57	31	58
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	14	31	19	36	24	37
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	96	102	99	103	100
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	-	170	-	97	-	86
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	77	30	28	30	51
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	36	58	36	43	36	65
CASH FLOW	€	2.753.051	921.699	2.913.776	2.146.036	766.726	219.185

Nota:

a) O cash-flow apresentado na coluna "2013 PSF" é o valor anualizado a 31/3/2013.

Da análise do mapa anterior, na sequência do que já foi referido, podemos retirar as seguintes conclusões:

- Fundo de maneiio positivo, mas abaixo da previsão;
- Imobilizado adequadamente financiado por capitais permanentes;
- Prazo médio de pagamentos acima da previsão;
- Prazo médio de recebimentos superior ao previsto;
- Cash-Flow inferior à previsão do PSF no período.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	M LP	Líquido	M LP		Líquido	M LP
		1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
2011	Saneamento 31/12/2011	8.175.457	6.540.365	13.142.745	14.066.686	817.219	-4.967.289	-7.526.320
	Real 31/12/2011	7.437.032	5.949.626	11.149.171	12.156.883	816.775	-3.712.139	-6.207.257
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE 2011) a)	11.714.329	9.379.679	11.149.171	12.156.883	816.775	565.157	-2.777.204
2012	Saneamento 31/12/2012	8.257.211	6.605.769	12.532.498	13.331.523	696.896	-4.275.287	-6.725.754
	Real 31/12/2012	7.209.167	5.767.333	8.796.242	11.163.707	695.511	-1.587.075	-5.396.374
	Real 31/12/2012 (art.º 66.º OE 2012) b)	11.149.171	9.101.959	8.796.242	11.163.707	695.511	2.352.929	-2.061.748
2013	Saneamento 31/12/2013	8.339.783	6.671.827	11.713.689	12.696.187	587.870	-3.373.906	-6.024.360
	Real 31/3/2013 (art.º 98.º OE 2013) c)	7.719.990	6.175.992	7.936.057	11.163.707	695.511	-216.067	-4.987.715

Nota:

- a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011.
- b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.
- c) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 98.º do Orçamento Estado de 2013. Limite endividamento líquido corresponde ao menor dos seguintes valores: limite de 2012; limite previsto na LFL. Limite endividamento MLP é calculado nos termos da LFL.

O valor do endividamento líquido teve uma diminuição de 860.185 Euros de 31/12/2012 para 31/3/2013, e está abaixo do valor previsto no PSF, no montante de 3.777.632 Euros. Tal facto deve-se às medidas tomadas pelo Executivo no sentido do cumprimento do PSF.

Como reflexo do referido anteriormente verificou-se até ao fim de Março do corrente ano, face ao verificado em 2012, uma evolução positiva líquida de 1.371.008 Euros no excesso de endividamento (860.185 Euros a que acresce o aumento do respectivo limite de 510.823 Euros estabelecido pelo Orçamento de Estado de 2013).

No que diz respeito ao valor do endividamento de médio e longo prazo, verificou-se uma manutenção dos valores de 2012 para o fim de Março de 2013, enquanto o seu excesso diminuiu 408.659 Euros devido ao aumento do respectivo limite, no mesmo valor, estabelecido pela LFL para 2013.

O endividamento de MLP é inferior ao previsto no PSF (para o final de 2013) em 1.532.480 Euros devido, nomeadamente, à não utilização da totalidade do empréstimo de saneamento financeiro (não foram utilizados, ainda, 2.300.000 Euros), às prestações vincendas e às amortizações antecipadas previstas, anteriormente referidas.

Ao contrário dos anos anteriores onde a situação era mais favorável devido ao artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 e ao artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012, o cálculo do limite endividamento líquido para 2013 é feito tendo por base o **menor** dos seguintes valores: limite de 2012 e o previsto na LFL. Assim, em 2013, irá ser utilizado o limite previsto na LFL. Isto é, o Estado não quer reconhecer, como aconteceu nos de 2011 (artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011) e 2012 (artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012), que os excessos de endividamento decorrem, principalmente, da redução sistemática das transferências do Estado.

3 CONCLUSÃO

O Município de Castelo de Paiva, no fim de Março de 2013, na sequência de medidas tomadas pelo actual executivo, necessárias e fundamentais ao equilíbrio e legalidade das suas finanças públicas, apresenta indicadores económico-financeiros (mapa 4) e de endividamento municipal (mapa 5) com uma tendência favorável, **para o cumprimento dos objectivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro.**

Com efeito, apesar da redução das transferências do Estado, o Município não só, está a libertar fundos, que lhe permitem a realização de alguns investimentos comparticipados, como também, a recuperar progressivamente o seu equilíbrio de tesouraria e financeiro. No entanto, o Município de Castelo de Paiva para poder amortizar antecipadamente o empréstimo de MLP e realizar a totalidade dos investimentos previstos no PSF, terá forçosamente de pagar as dívidas de curto prazo, ainda existentes, à custa da utilização do empréstimo de saneamento financeiro disponível (2.300.000 Euros).

Por outro lado, **não podemos esquecer** o seguinte:

- não é permitido legalmente o reforço do empréstimo de saneamento financeiro existente (alínea b) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais);
- os spreads das taxas de juro praticadas actualmente no mercado estão a níveis inimportáveis (entre 6% e 7%) para os Municípios ou para o Estado. Recorde-se que o Estado Português na eminência de enfrentar taxas de juro da ordem de grandeza enunciada imediatamente solicitou ajuda externa (da Troika);
- as prestações de reembolso do empréstimo de saneamento financeiro começam em 2014, pelo que é necessário ter, nessa data, fundo de maneo disponível e adequado.

Saliente-se que a Lei dos Compromissos e de Pagamentos em Atraso (LCPA) de Fevereiro de 2012 exige, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis para realizar novas despesas, veio trazer dificuldades financeiras acrescidas para todos os Municípios que têm um insuficiente fundo de maneo necessário ao seu normal funcionamento.

Apesar do anteriormente referido, a boa performance quer quanto à diminuição do endividamento líquido e do seu excesso quer quanto à quebra do excesso endividamento MLP demonstram uma **tendência** do Município de Castelo de Paiva para o cumprimento do disposto nos artigos 37 n.º 2 e 39 n.º 3 da Lei das Finanças Locais.